



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo.

O CENÁRIO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO DO BRASIL: DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CÉLIA MARIA GRANDINI ALBIERO¹
RODRIGO MAMÉDIO DE LIMA²

Resumo: O presente artigo versa sobre a conjuntura política, econômica e social, a qual o Brasil está vivenciando de 2016 aos dias atuais, pós *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e os desafios aos assistentes sociais pela luta para efetivação do projeto de profissão. Para a realização deste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica contemplando reflexões sobre o momento atual e os reflexos para as políticas sociais, principalmente, após o governo de Michel Temer (MDB) assumir o poder e passar a aprovar diferentes medidas que afetam diretamente as políticas sociais.

Palavras-chave: Conjuntura; *Impeachment*; Políticas Sociais; Assistentes Sociais.

Resumen: El presente artículo versa sobre la coyuntura política, económica y social, la cual Brasil está viviendo de 2016 a los días actuales, post *impeachment* de la ex presidenta Dilma Rousseff y los desafíos a los asistentes sociales por la lucha por la efectividad del proyecto de profesión. Para la realización de este estudio se utilizó la investigación bibliográfica contemplando reflexiones sobre el momento actual y los reflejos para las políticas sociales, principalmente, tras el gobierno de Michel Temer (MDB) asumir el poder y pasar a aprobar diferentes medidas que afectan directamente a las políticas sociales.

Palabras-claves: Coyuntura; Juicio político; Políticas Sociales. Asistentes Sociales.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o tema ***O cenário social, político e econômico do Brasil: desafios para efetivação do projeto profissional do assistente social***, o qual objetivou refletir sobre a conjuntura atual e discutir sobre os desafios do assistente social na busca constante pela efetivação do projeto profissional.

Para o desenvolvimento deste trabalho nos apoiamos numa perspectiva crítica através do Método Crítico Dialético, pois, acreditamos que este método consegue responder e dá o suporte necessário para a compreensão

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: <celiaalbiero@uft.edu.br>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Tocantins.

dos fenômenos da natureza postos na realidade, buscando respostas a partir de uma totalidade de fatores sociais, econômicos, culturais dentre outros. Desta forma, foram utilizadas informações de *sítes* de notícias, que repassam credibilidade e foi feito um levantamento bibliográfico sobre a temática em discussão de artigos científicos da categoria, bem como livros, dentre outros.

O estudo nos possibilitou refletir sobre a conjuntura econômica, social e política do Brasil, contribuindo para que possamos problematizar esse debate, através de uma reflexão crítica sobre os rumos que a realidade social vem passando em pleno século XXI, rechaçadas por uma forte onda conservadora, alimentada por políticos e políticas de viés neoliberais conservadores.

É inegável que estamos vivendo nos últimos três anos, uma crise política e econômica que de certa forma está afetando diretamente as políticas sociais. Os reflexos, dos desmontes das políticas sociais são inegáveis e as leituras mostram que de fato, estamos vivendo momentos difíceis. O governo federal, trabalhando na lógica do esvaziamento dos direitos sociais, vem impondo à sociedade, regras que afetam os direitos sociais, trabalhistas, previdenciários dentre outros.

O sucateamento das políticas públicas afeta diretamente a classe trabalhadora, que são os que mais acessam as políticas de educação, de saúde, de assistência social, de previdência social.

As Propostas de Emendas à Constituição (PECs), a exemplo da PEC 241, atualmente PEC 55, foi um duro golpe às políticas sociais e às instituições públicas, uma vez que, tal proposta se ocupa, exclusivamente, de congelar os gastos públicos por um período de 20 anos, que segundo o governo, foi uma medida tomada para contornar a crise econômica que o Brasil enfrenta, mas o que de fato está em jogo, é o desmonte dos direitos sociais que arduamente a classe trabalhadora conseguiu ao longo de sua resistência e luta.

Não podemos nos furtar de tecer uma dura crítica a este governo atual, uma vez que ele usa o seu autoritarismo e sua política de austeridade para aprovar o que quer e do seu jeito, comprando deputados e senadores com dinheiro público para aprovar suas ditas “reformas”, como a mídia e o próprio governo costuma afirmar, como se fosse algo positivo. A nosso ver, as propostas que o governo impõe não tem nada de reformas, pelo contrário, são

contrarreformas das mais graves possíveis. São medidas que o governo assume de forma que viola os direitos humanos, os direitos trabalhistas, previdenciários. São medidas preocupantes e que ao mesmo tempo reflete o que foi o golpe iniciado em 2016.

Lembramos que logo após o *impeachment* da ex-presidenta, Dilma Rousseff (PT), realizado em 2016, o até então, Presidente Michel Temer, propôs junto a sua base aliada, propostas de emenda à Constituição, as PECs, objetivando precarizar as políticas sociais, retrocedendo os direitos sociais conquistados a duras penas, no curso da história das lutas de classe. São propostas ousadas, preocupantes e ao mesmo tempo drásticas, uma vez que atinge diretamente os trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, que utilizam como direitos sociais, à educação, à saúde, à assistência social, à previdência social.

Mesmo diante de todo esse contexto de retrocesso e desmonte das políticas públicas, não podemos negar o protagonismo e a luta dos movimentos sociais, dos estudantes, da classe trabalhadora, enfim, de diferentes segmentos que ocuparam as ruas, as escolas, as universidades públicas, como uma forma de protesto contra as medidas adotadas pelo governo ilegítimo e um dos mais impopulares do mundo, conforme apontam pesquisas no Brasil e no mundo.

Atravessado pelo espírito da luta e da resistência, e pautado na defesa intransigente dos direitos humanos e de uma sociedade com menos injustiças sociais, é que nos colocamos a frente deste trabalho enquanto futuro assistente social, mesmo diante de um contexto econômico, político e social adverso.

Ressaltamos que este estudo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso que buscamos evidenciar aproximações do cenário atual brasileiro, proporcionando uma reflexão crítica sobre o assunto, sobre o que pode ser feito diante dos arrochos fiscais do Governo Federal, que não leva em consideração os anseios da população que utilizam os serviços públicos.

Por fim, ressaltamos que este trabalho está dividido de forma que discute sobre o cenário social, político e econômico do Brasil: o desmonte dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no pós-golpe (2015-2017) e os

desafios postos aos assistentes sociais pela luta para efetivação do projeto de profissão.

2. O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS NO PÓS-GOLPE (2015-2017)

O cenário social, político e econômico do Brasil, principalmente nos últimos três anos (2015, 2016 e 2017), é tão complexo que nos falta espaço para abordar cada um. Mas, buscaremos mencionar alguns pontos cruciais que afeta direta ou indiretamente o desmonte dos direitos sociais da classe trabalhadora.

O que podemos perceber diante desta conjuntura atual, que passa por uma forte crise econômica e política, é que os governos neoliberais estão sucateando diariamente todas as políticas públicas e sociais. Seja na saúde, na educação, na previdência social, na segurança, enfim, todas estão sofrendo cortes nos seus orçamentos que, infelizmente, reflete diretamente naquelas pessoas que destas políticas sociais necessitam, ou seja, a população pobre, a comunidade estudantil, a classe trabalhadora.

Assim,

O golpe de Estado que impediu a Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, de continuar à frente do governo, vem dando mostras de ser claramente pela privatização de direitos sociais e trabalhistas. O projeto do governo interino, chamado de *Uma Ponte para o Futuro*, não deixa quaisquer dúvidas a respeito. A desvinculação orçamentária dos recursos para Educação e Saúde, por exemplo, é a prova mais cabal e imediata de privatização da educação e de outros direitos sociais que deveriam ser garantidos pelo Estado (GAMA, 2016, p. 01).

Em relação ao *impeachment*, ou ao golpe, como Sabará (2016) destaca, alguns elementos podem ter contribuído para a saída de Dilma Rousseff.

O primeiro deles deve-se ao fato da Presidenta ter deixado transcorrer denúncias e apurações de corrupções na República, levadas a cabo na esfera federal, tanto pelo Ministério Público como pela Polícia e pela Justiça Federal, sem que tomasse medidas para estancar a onda investigativa que vinha atingindo a classe política. O segundo deve-se ao fato de ter que carregar nos ombros o peso dos estigmas que são acoplados à imagem de militantes que combateram a ditadura civil militar, foram presos e responderam a processos militares.

Especificamente, no caso da Presidenta Dilma, pesou, sobretudo o fato dela ser mulher, em uma sociedade machista como a nossa. [...] (SABARÁ, 2016, p. 37).

Pontua-se ainda, que outro elemento que pode justificar o golpe, na visão daqueles que o defendiam, diz respeito às chamadas “pedaladas fiscais” que Dilma Rousseff cometeu e que não tinha autorização do Congresso Nacional para tais.

Nesse sentido, Braz (2017), faz um recorte histórico para situar o *Impeachment* ocorrido no Brasil, no respectivo mês de agosto, de 2016. O autor destaca que,

O mês de agosto tem uma má fama. “Agosto, mês do desgosto”, diz-se. Na história política do Brasil temos eventos trágicos: em 24 de agosto de 1954 o presidente Getúlio Vargas se suicida, fato que abalou o país. Mais tarde, em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros surpreende ao pedir a renúncia do cargo poucos meses após tomar posse. Em 22 de agosto de 1976 o ex-presidente Juscelino Kubitscheck morre num estranho “acidente” de carro. Quarenta anos depois, no dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal votou o processo de *impeachment* que tirou a presidente Dilma Rousseff do cargo. Para quem acredita em credices e superstições, o mês de agosto tem criado efemérides. [...] (BRAZ, 2017, p. 86).

O mundo inteiro viu e ouviu os discursos que foram proclamados durante a votação da denúncia, na Câmara dos Deputados, um verdadeiro circo, uma peça teatral, que muitos conservadores, religiosos, ruralistas, dentre outros, confirmavam seu voto afirmando que estariam votando pelo SIM em defesa ou homenagem à família; aos evangélicos; aos pais e avós; em nome dos militares de 1964; dos meninos do Movimento do Brasil Livre (MBL), pelo Sérgio Moro – juiz responsável pela Operação Lava Jato -, dentre outros. Estes foram algumas das justificativas que muitos utilizaram para votar SIM.

Cenas desta natureza marcaram as páginas da nossa história. Sujaram a história de trabalhadores e trabalhadoras, que infelizmente, não puderam fazer muita coisa, apenas, assistir ao circo ao vivo, transmitido por uma das mídias que contribuiu para o Golpe – à Rede Globo, a qual consideramos uma mídia burguesa, manipuladora, golpista.

Compartilhamos das informações presentes no Informativo nº 71, referente ao mês de junho de 2017 do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), quando o mesmo contribui afirmando

que o Capitalismo, principalmente agora, pós-golpe, ganha um status de super preservado. Afirma ainda que,

[...] Esse é o objetivo das elites dominantes, que defendem há séculos o modelo econômico e, através do controle do Estado, sob tutela do setor produtivo e financeiro, ditam leis, políticas públicas, decisões judiciais, desonerações fiscais e priorizando interesses de lucratividade de poucos ao invés dos direitos sociais de muitos (ANDES, 2017, p. 6).

Ainda de acordo com o Informativo ANDES (2017),

No Brasil, os últimos acontecimentos políticos e econômicos explicitaram o vínculo entre o Capital e o poder político, evidenciando a forma como o Estado, num modelo capitalista, é subordinado à burguesia. As recentes denúncias de corrupção e financiamento de campanhas eleitorais, em troca de “favores” econômicos envolvendo as três esferas de poder, demonstraram ainda o lado mais perverso dessa relação (ANDES, 2017, p. 6).

Não podemos negar, que de fato o Estado burguês trabalha em favor de si próprio, das máquinas econômicas e produtivas. Ele busca a todo instante, acabar ou minimizar os direitos sociais, uma vez que para o Estado, investir em políticas sociais é um gasto, nunca um investimento.

Compartilhamos com as afirmações de Braz (2017), quando ele afirma que a nossa população, que tem amplo acesso à Rede Globo, pôde assistir ao vivo e em cores, o nível deprimente dos nossos representantes políticos. Ele destaca ainda que este momento

[...] serviu para mostrar ao povo brasileiro, com transmissão ao vivo e em cores pela Rede Globo, em meio a sua nobre programação dominical, *a podridão do sistema da democracia representativa do Brasil*, para apresentar a quem não conhecia o nível de indigência moral e intelectual dos “representantes do povo” — aqueles que dominam a Câmara dos Deputados, a mal chamada “casa do povo”. Mal chamada porque *o povo, em sua maioria, não é aquela coisa vergonhosa*, não é aquele horror, não é aquele circo com direito até a um palhaço profissional que envergonha sua categoria. O povo, em sua grande maioria (e é claro que estou falando da classe trabalhadora do nosso país), é constituído de gente honesta, honrada, trabalhadora, sempre disposta a arregaçar as mangas. Um povo trabalhador, generoso, alegre e festivo (cuja suposta cordialidade não tem nada de resignada, pois que é um povo lutador que derramou sangue por suas conquistas em tantas e tantas lutas inglórias, de norte a sul deste país). [...] (BRAZ, 2017, p. 91).

Diante do exposto, iremos a partir de agora mencionar, mesmo que de forma sumária, algumas reformas pós-afastamento, que foram implementadas por Michel Temer (MDB) e sua base aliada, que reflete diretamente em perdas para a classe trabalhadora.

Dentre as medidas adotadas pelo governo atual e que faremos menção, estão: a PEC 241, posteriormente, chamada PEC 55 e sancionada como Emenda Constitucional pela Lei nº 95, de 15 de dezembro de 2016; a Reforma do Ensino Médio; a Reforma Trabalhista; a Terceirização; a Reforma da Previdência Social, por enquanto em *standy by*; e, além destas observações, não deixaremos de tecer nossas críticas à forma como o governo vem tentando estraçalhar a educação pública, vista por estes, como uma mercadoria em favor do capitalismo. Neste sentido, buscamos apresentar de forma direta alguns pontos sobre as PECs, as “Reformas”, enfim, às mudanças em curso.

Iniciamos pela PEC 241 (transitou na Câmara dos Deputados), posteriormente PEC 55 (transitou no Senado Federal) e logo depois, sancionada pela Emenda Constitucional nº 95, de 13 de dezembro de 2016. O próprio site do Senado Federal destaca que esta PEC tem como objetivo central criar um teto de gastos. Ou seja, congelar até 2036 os recursos para aplicação nas políticas públicas e sociais a partir de 2018. Destaca ainda que Educação, Saúde não serão completamente afetadas. O que é mentira, pois, irão. Fato que é verdade que especialistas, educadores, pesquisadores e a imprensa veicularam e houve muita resistência nas ruas para a não aprovação da Proposta. Mas, infelizmente, nossos “representantes” a aprovaram.

Se a proposta do Governo fosse tão boa, não haveria tanta resistência de pessoas que vem há anos debatendo sobre tais políticas. Se há críticas, e isto é natural que haja, nada impede que os envolvidos na proposta ouçam a população, o clamor daqueles que estudam e pesquisam sobre gastos públicos, sobre o orçamento público. Porém, o que é feito e da forma como é feito, é tão antidemocrática que muitos acabam pagando por decisões autoritárias tomadas por meia dúzia de pessoas que comungaram do golpe.

É evidente que um congelamento de gastos desta natureza atinge diretamente as políticas públicas. Como já destacamos, a insatisfação dos movimentos sociais para com as medidas tomadas pelo governo só aumentam.

Tudo o que está em curso no momento, leva a crer que faz parte de um projeto burguês, que pouco se preocupa com as demandas da classe trabalhadora e que se for possível, privatiza tudo o que for público e mantém o Estado longe de suas obrigações, responsabilizando cada um dos sujeitos pelos seus sucessos ou insucessos. Portanto, não existe outra saída para a classe trabalhadora a não ser resistir e estancar a sangria que este governo está fazendo para com os direitos sociais.

Diante de todas as forças repressoras que o Estado é capaz de usar para lhe beneficiar, não podemos deixar de mencionar e compartilhar das palavras proferidas pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, quando em seu Informativo nº 72, de julho de 2017 destacou que mesmo diante dos entraves entre a sociedade e o governo, ainda era possível mobilizar a sociedade, os movimentos sociais, os docentes, enfim, aqueles que faziam oposição às medidas drásticas tomadas pelo governo. O Informativo ressalta que,

A classe trabalhadora, mais uma vez, foi às ruas, no dia 30 de junho, em um importante dia de lutas contra as reformas que retiram direitos da classe trabalhadora e pela derrubada do ilegítimo governo Temer. Se, por um lado, a Greve Geral do último dia 30 não teve a mesma força do dia 28 de abril, por outro, este dia mostrou a enorme disposição dos(as) trabalhadores(as) em construir a luta de forma unitária e organizada [...] (ANDES, 2017, p. 2).

O Informativo destaca que mesmo com a truculência da polícia militar, os movimentos sociais que estiveram nas ruas, fazendo os grandes atos, manifestações e ações diretas, não se intimidaram e a repressão/criminalização, não foi suficiente para desmobilizar a militância, que esteve de norte a sul do país lutando por melhorias e contra as PECs do mal que retiram direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

A Reforma do Ensino Médio foi outra medida adotada pelo governo federal e que gerou grande repercussão pelo Brasil. A Medida Provisória 746/2016 (sancionada pelo Governo Federal como Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017) causou tanta repercussão no meio educacional, político e social que em resposta ao proposto pelo governo, mais de mil escolas, institutos federais e universidades federais foram ocupados por estudantes no decorrer de 2016. Foi uma resposta dos movimentos estudantis às manobras do governo,

para que o mesmo desistisse da MP/746 de 2016. A luta estudantil não foi em vão se pensarmos pelo lado da resistência e luta. Mas, infelizmente, os governantes aprovaram o que muitos temiam.

A Medida Provisória MP/746 de 2016 que trata sobre a reforma do ensino médio foi apresentada pelo governo em 22/09/2016, sendo dado ao Congresso e ao Senado Federal, 120 dias para apreciação e aprovação, caso contrário, perderia o efeito. Mas, em 07/12/2016, a Câmara dos Deputados recebeu o texto base e aprovou com folga, mesmo sob tensas reivindicações tanto dentro quanto fora da Câmara dos Deputados, pois, muitos estudantes e movimentos sociais, inclusive políticos de oposição ao governo de Michel Temer, faziam suas manifestações. Reivindicações que se estenderam até o momento de votação e aprovação no Senado Federal, em 08/02/2017.

Acreditamos que as mudanças no ensino médio acabam interferindo na própria qualidade do ensino superior e no acesso à Universidade Pública. Isso porque, o governo com tais mudanças, acaba fortalecendo o ensino técnico, profissionalizante e desfavorecendo ou deixando de investir no ensino superior. Tudo leva a crer que o governo quer que o ensino médio esteja diretamente integrado ao ensino técnico e profissionalizante. Ensino que forme em curto prazo, profissionais para o mercado de trabalho.

Ficou evidente durante as manobras para aprovar esta MP que a sociedade não comungava com as ideias defendidas pelo governo, muito menos com aquilo que ele dizia ser positivo para melhorar a qualidade do ensino público. Muito contraditório da parte do governo dizer que as medidas eram para melhorar o ensino e ao mesmo tempo aprovar uma PEC que congela os gastos públicos, dentre eles a Educação. Se realmente fosse uma mudança positiva, não teríamos visto tanta resistência dos movimentos estudantis e sociais.

Outra questão bastante criticada pelos educadores, pelos movimentos estudantis e pesquisadores, é que a Medida Provisória excluía da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as disciplinas de Sociologia, Educação Física, Artes e Filosofia. Para o Governo, estas disciplinas deixariam

de ser obrigatórias. Foram tantas críticas que o Governo voltou atrás e incluiu as disciplinas à BNCC³ como obrigatórias.

Outro retrocesso para a classe trabalhadora, assim como para a Educação Pública é o Projeto de Lei 4302/1998 (Lei da Terceirização), aprovado pela Câmara dos Deputados e que seguiu para sanção do presidente Michel Temer, aprovada como Lei Ordinária nº 13.429/2017. Esse também foi um exemplo claro de desrespeito com a população que luta por uma educação de qualidade, pela valorização de professores, por concursos públicos. Esta proposta de lei, nada mais é do que a terceirização de todas as atividades. Inclusive, esta lei permite que escola terceirize o professor, o faxineiro, o segurança, dentre outros profissionais e serviços que se façam necessários. Isso é trágico, é inaceitável, é apostar na precarização das relações de trabalho.

Diante deste cenário de precarização do Ensino Superior, é notória a busca dos governos neoliberais pela privatização do que é público, do que é de todos e já destacamos também sobre a Lei da Terceirização (PL 4.302/1998), orquestrada desde 19 de março 1998, ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando por várias vezes tentaram a aprovação deste projeto, porém, sem êxito. Mas, em meio a uma forte crise econômica e política, registrada no Brasil desde 2015 e aprofundada ainda mais com o *impeachment* da Presidenta, Dilma Rousseff, em 2016, eis que o projeto foi resgatado, 19 anos depois e aprovado na Câmara dos Deputados, em plena noite de 22 de março de 2017. Lei esta que foi sancionada pelo presidente do Brasil, Michel Temer, como Lei Ordinária 13429/2017. Diante desta conjuntura atual, podemos perceber que o ensino também entra nesta lógica de mercantilização e privatização, assim como a saúde, a segurança etc.

A Reforma Trabalhista a nosso ver, mesmo que contrarie os defensores, é uma forma de precarizar ainda mais as relações de trabalho e uma grande derrota para a classe estudantil ou de quem almeja estudar. Ou seja, o patronato, capitalistas ferrenhos, podendo explorar a força de trabalho do seu empregado, por longas 12 horas, conforme prevê a Reforma, o que não podia

³ De acordo com a Lei nº 13.415 de 16/02/2017 no “§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”, Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>, Acessado em 10/11/2017.

exigir nas 8 ou 10 horas previstas, antes da Reforma, agora poderá exercer com maior exploração.

A Revista *Radis*, de número 179, de agosto de 2017, contemplou a nossa discussão e preocupação quando destacou em suas páginas a questão da Reforma Trabalhista, intitulando “Reforma agora é realidade”. No decorrer do texto, é frisado os retrocessos que a classe trabalhadora irá sofrer com as mudanças na CLT. A proposta foi aprovada sem vetos, mesmo havendo grandes resistências da oposição ao Governo e claro, da classe trabalhadora que ocuparam as ruas, porém, como foi de se esperar, o atual governo não se intimidou e ignorou os trabalhadores.

Sem vetos, o presidente Michel Temer sancionou (13/6) a reforma que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A aprovação aconteceu dois dias depois de votação conturbada no Senado (11/6), em que senadoras de oposição chegaram a ocupar a mesa do plenário, para que os destaques apresentados pelos opositoristas fossem analisados. A nova lei prevê pontos que poderão ser negociados entre empregadores e empregados e passam a ter força de lei [...] (RADIS, 2017, p. 6).

Dentre as perdas irreparáveis para a Classe Trabalhadora, a revista destaca 7 pontos. Dentre eles estão: Trabalho Intermitente⁴; Deslocamento⁵; Lactantes e Gestantes em Locais Insalubres⁶; Intervalo⁷; Insalubridade⁸; Contribuição Sindical⁹ e Acordos Coletivos¹⁰. Ou seja, são 7 esclarecimentos

⁴ Uma das principais mudanças foi a criação da categoria trabalho intermitente, por meio da qual a empresa pode contratar um funcionário para trabalhar esporadicamente e pagá-lo apenas pelo período em que prestou serviços. A convocação do empregado para o trabalho é determinada pelo empregador e deve ocorrer com pelo menos três dias de antecedência. Porém, o empregado só recebe pelas horas efetivamente trabalhadas e nada ganha pelo período em que aguarda.

⁵ Até então, o tempo de deslocamento era incluído na jornada de trabalho sempre que o local estivesse situado em área de difícil acesso ou onde não havia transporte público — o que acontece com frequência com trabalhadores rurais e da agroindústria. Com a mudança, o tempo gasto até o local em que o trabalho ocorre efetivamente não será mais contabilizado na jornada.

⁶ Grávidas e mulheres que amamentam podem ser autorizadas a trabalhar em locais insalubres. Basta atestado médico para que a permanência seja autorizada.

⁷ O direito a um intervalo para descanso ou alimentação cai de uma a duas horas para o mínimo de meia hora, no caso de jornada padrão de oito horas diárias.

⁸ Acordos individuais podem definir o grau de insalubridade e a prorrogação da jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia do Ministério do Trabalho.

⁹ Passa a ser facultativa e não mais obrigatória.

¹⁰ A reforma trabalhista prevê que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho deve prevalecer sobre a legislação em 15 pontos diferentes, como jornada de trabalho, banco de horas anual, intervalo mínimo de alimentação de meia hora, teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente.

que ao curto e a longo prazo trará sérias consequências a todos nós. Não foi falta de resistirmos e lutarmos. Até fizemos, mas, infelizmente, não fomos ouvidos.

A Reforma Trabalhista abre precedentes para que exploradores usufruam ao máximo da força de trabalho, buscando assim, aumentar a sua mais-valia que é o motor de sua sustentabilidade.

Em relação à Reforma Trabalhista, o autor afirma que as

Alterações na legislação trabalhista com vistas a rebaixar os custos do trabalho, aumentar a produtividade média dos trabalhadores considerada baixa, flexibilizar ainda mais (lei das terceirizações) as relações de trabalho. Tal flexibilização visa criar formas que permitam aumentar a jornada de trabalho (como já confessou um imprudente ministro do Trabalho) ou até mesmo diminuí-la, mas com redução dos salários. Em todos os casos, buscarão avançar com uma contrarreforma trabalhista que tende a reforçar ainda mais a alta taxa de rotatividade da força de trabalho (uma das maiores do mundo). Antes disso, já vemos o avanço do discurso do “acordado sobre o legislado” que, na prática, vem alterando a legislação trabalhista (BRAZ, 2017, p. 97).

Os conchavos entre governo, mercado, políticos, banqueiros, dentre outros, é prova cabal do desmonte dos nossos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários. É a fragmentação clara das relações de trabalho. Enfim, a precarização dos serviços e dos trabalhadores perpassa pelas mãos desses nossos representantes políticos e tem o aval da nossa justiça brasileira. Os únicos que saem perdendo nesta história, infelizmente, é o trabalhador e a trabalhadora que tem que sustentar à duras penas este Estado burguês que mata, oprime e ceifa nossos direitos. Direitos garantidos constitucionalmente, a exemplo da Educação, da Saúde, da Previdência, da Assistência Social.

Além da Reforma Trabalhista, com danos irreparáveis à classe trabalhadora (e considerada inconstitucional por diversos órgãos), está em curso outra reforma – à Reforma da Previdência. A Reforma da Previdência, encabeçada pela PEC 287/2016, e atualizada em 22/11/2017, pelo Governo Federal, pois, do jeito que estava não teria forças suficientes para aprová-la. Como é de praxe do golpista, foi realizado um jantar com os parlamentares, no Palácio da Alvorada a fim de expor aos comprados, o novo texto, tão almejado por Michel Temer (MDB) para que seja aprovado pelos Deputados e Senadores.

O novo texto da Reforma da Previdência manteve a idade mínima para aposentadoria, sendo 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. Lembrando que isto para o Regime Geral da Previdência. Além do mais o texto reduziu de 25 anos para 15 anos o período de contribuição mínima para aqueles que optarem pela aposentadoria parcial.

Um retrocesso descabido e imposto por um governo ilegítimo. O que está em jogo no momento em relação à Previdência Social e podemos prever, é o fim da aposentadoria de milhões de brasileiros, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Esta contrarreforma visa dentre outras coisas, o aumento da idade mínima e aumento do tempo de contribuição, além de restringir ao máximo o acesso aos benefícios da Seguridade Social.

Todas essas contrarreformas acontecem não por acaso. Elas acontecem porque existe um propósito conservador, pautado na busca incansável da aceleração da acumulação de capital, tendo os Estados Unidos como um dos mentores centrais desta agenda política e econômica. De acordo com Braz (2017, p. 98-99),

Essa agenda conservadora (que contém algumas propostas tipicamente reacionárias, como os estatutos da família e do nasciturno) não é apenas do PMDB e de seus apoiadores no Brasil (PSDB, DEM, PP, PR, PSB, PSD e outros menos cotados). É a atual *agenda política e econômica do imperialismo para a América Latina*, que, tendo nos Estados Unidos o seu centro de comando principal, encontra em vários de nossos países amplos setores burgueses associados e dependentes que lhe facultam apoio militante por todos os meios possíveis, legais e ilegais. Entre as grandes burguesias financeiras atuantes no subcontinente e entre outras frações burguesas a elas associadas e subordinadas se consolidou um consenso burguês em torno da necessidade de *aceleração das condições ideais para a acumulação de capital*. [...].

De fato, as influências internacionais, a exemplo do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), tem contribuído muito para que muitas destas contrarreformas implantadas no Brasil sejam de fato motivos reais para promover o desenvolvimento econômico e político em detrimentos das políticas e direitos sociais.

Em momentos tão *temerosos* como os que estamos vivendo desde 2016, não podemos mensurar o que ainda pode ser imposto pelos governantes

para rechaçar ainda mais os nossos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, educacionais entre vários outros.

Infelizmente, o momento que vivemos, “[...] sombrio [...]”, especialmente para classe trabalhadora como afirma Braz (2017, p. 103), não nos permite ficar inertes. Desde o momento da ruptura da nossa democracia, em 2016, ocupamos escolas, universidades, institutos federais, fomos às ruas gritar contra os retrocessos deste governo e se for preciso iremos continuar veementemente. Apesar da nossa luta e resistência não ter interrompido as aprovações que o Governo tanto almejava, pelo menos mostramos o que somos capazes de fazer em união, enquanto classe trabalhadora e estudantil.

Portanto, esperamos que a nossa bandeira de luta prevaleça na direção oposta às contrarreformas destes governos e que possamos cobrar sim, que nossos direitos sociais sejam de fato respeitados por quem quer que seja e esteja no poder.

3. O SERVIÇO SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL: um desafio instigante no momento atual

De fato, vivemos, na atual conjuntura, momentos difíceis, não só para Serviço Social, como para outras profissões, principalmente em momentos de cortes nas políticas sociais e públicas; imposição de governos autoritários, conservadores e legitimadores dos ideais neoliberais, como o atual governo, de Michel Temer (MDB). Precisamos continuar resistindo contra este tipo de governo, fomentando na classe trabalhadora, os ideais da luta por uma sociedade mais justa, igualitária e pautada numa defesa intransigente dos direitos sociais, assegurados em lei, mediante as lutas dos movimentos sociais, estudantis e da sociedade civil, que por sua vez, ocuparam e continuam ocupando as ruas, as universidades públicas, os institutos federais etc.

Compartilhamos das palavras do autor abaixo relacionado, quando ele pontua que,

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos)

para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (PAULO NETTO, 1999, p. 95).

Assim, deixamos claro, que o nosso direcionamento ético-político, precisa caminhar vinculado a um projeto de transformação social, em que a exploração, a opressão, o conservadorismo, as injustiças sociais, apenas façam parte das páginas da história, e não, que sejam reproduzidas ou vivenciadas por nossa sociedade.

Precisamos, no momento atual, enquanto categoria profissional, lutar coletivamente por um projeto ético-político desvinculado de qualquer postura conservadora, ou que no seu interior filosófico, permeie pela manutenção da ordem vigente nesta sociedade. É importante continuarmos construindo um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora.

Desde os anos 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. A chegada entre nós dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação deflagrado nos diversos países latino-americanos somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós. É sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na Cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura substituindo-os por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 12).

Faz parte da nossa história de luta, de enfrentamento, de resistência, sair às ruas, levantar a bandeira em defesa dos direitos da classe trabalhadora, mesmo sabendo que os desafios e limites fazem parte da nossa caminhada. Mas, o importante é não desistirmos dos nossos ideais em defesa da população usuária, de seus direitos, buscando, na medida do possível, convidar a sociedade organizada ou não, para lutar pelos seus direitos.

Mesmo diante dos desafios e limites que os profissionais do Serviço Social enfrentam no seu dia a dia, é importante que possamos colocar em prática as três dimensões da profissão, já mencionadas ao longo deste subcapítulo,

assim como, possam lutar arduamente pela defesa dos 11 princípios fundamentais do Código de Ética de 1993¹¹.

Portanto, conhecedores dos direitos e das mais variadas políticas públicas e sociais, o assistente social assume um papel importante no enfrentamento das desigualdades sociais, educacionais, bem como referente aos direitos vinculados à moradia, à previdência social, aos direitos trabalhistas, dentro outros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos evidenciar os principais acontecimentos – econômicos, políticos e sociais –, nos quais o qual o Brasil vem passando pós *impeachment* da ex-Presidenta, Dilma Rousseff (PT), bem como os retrocessos que atingem as políticas sociais no campo da saúde, da educação, da previdência, dos direitos trabalhistas, exigindo dos assistentes sociais vinculados a estes espaços, um profundo debate e a criação de saídas para o enfrentamento desta crise, assim como criando estratégias para a efetivação das políticas sociais.

¹¹ Podemos destacar 11 princípios fundamentais, que a categoria de assistentes sociais, por sua formação crítica, deve defender em favor da classe trabalhadora: **I.** Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; **II.** Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; **III.** Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; **IV.** Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; **V.** Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; **VI.** Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; **VII.** Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; **VIII.** Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; **IX.** Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; **X.** Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; **XI.** Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>, Acessado em 10/04/2018.

Não deixamos de tecer uma dura crítica às medidas provisórias impostas pelo Governo de Michel Temer (MDB), que visam exclusivamente, desmontar os direitos sociais; medidas austeras e que rebatem diretamente na classe trabalhadora. Vimos que mesmo diante de todo esse contexto de retrocesso e desmonte das políticas públicas os movimentos sociais e estudantis foram às ruas, ocuparam universidades públicas, institutos federais e escolas públicas. Mostraram seu inteiro descontentamento com o atual governo, que as pesquisas mostram, como sendo um dos mais rejeitados do mundo, em termos de aceitação popular.

Destacamos que é de suma importância a participação dos assistentes sociais, na efetivação destas ações, este profissional que possui um papel singular no sentido da efetivação e materialização das políticas públicas e sociais, trabalhando também na investigação, formulação, gerência, execução, avaliação e monitoração destas políticas.

De certa forma, nossos objetivos foram alcançados, pois conseguimos apreender um pouco mais sobre o cenário social, político e econômico atual para continuarmos trilhando os caminhos da emancipação humana, pautada na defesa dos 11 (onze) Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional e na efetivação do Projeto Ético-político Profissional.

Sugerimos a todos os leitores deste trabalho que continuem discutindo sobre a importância das políticas sociais públicas e sociais, mesmo sabendo dos limites e desafios que são impostos por governos autoritários como o atual governo, que prefere contingenciar os gastos com educação e saúde, por não ver nestas políticas, oportunidades de igualdade e de justiça social.

Por fim, desejamos que sejam profissionais e estudantes de luta, de resistência, vão às ruas exercer sua democracia, seu protagonismo profissional e estudantil. Defendam esta bandeira; defendam as políticas públicas e sociais com garra. Ocupem os espaços possíveis; seja um estudante ou um profissional assíduo na defesa intransigente dos direitos humanos, de uma sociedade com mais justiça social, sem preconceitos e injustiças sociais.

REFERÊNCIAS

ANDES. Crise política explicita a função do Estado no capitalismo. In: **Informativo nº.71, jun. 2017**. Brasília, 2017.

_____. A intensificação das lutas contra as reformas, os ataques à educação pública e o 62º Conad. In: **Informativo nº 72, Jul/2017**. Brasília, 2017.

BRASIL. Portal Ministério da Educação e Cultura. **Novo Ensino Médio: dúvidas**. Brasília, 2016. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>, Acessado em 22/09/2016.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0085.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

GAMA, Zacarias. **A precarização do ensino superior está na agenda desse golpe**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/05/25/a-precarizacao-do-ensino-superior-esta-na-agenda-desse-golpe/>> Acesso em: 09 fev. 2017.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1**. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

RADIS. Reforma agora é realidade. **Revista n. 179, de Ago/2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/radis-179_web.pdf>, Acesso em: 17 set. 2017.

SABARÁ, Romeu. **O Golpe Congressual e a grita das três idades**. Belo Horizonte: Usina do Livro, 2016.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 2009.